

PORTUGAL DEMOCRATICO

NO XI — N.º 113 — S. PAULO, DEZEMBRO DE 1966 — REDAÇÃO: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191. — SALA 2 — CAIXA POSTAL — 6248



Amnistia!

A Conferência da Amnistia realizada em Toronto constituiu, como se esperava, um extraordinário êxito. Pela ampla reportagem do nosso enviado especial inserta em nossas páginas centrais, podem os leitores inteirar-se da imensa repercussão do humanitário conclave não apenas entre o povo canadiano mas junto da opinião pública mundial. O próprio fato de o embaixador de Salazar, sr. Eduardo Brazão, se haver dirigido à imprensa e aos organizadores da Conferência, numa atitude nitidamente provocatória, vale por uma revelação do golpe assestado no fascismo pela grande iniciativa de Toronto. Por outro lado, a recente visita a Portugal de dois membros do Parlamento de Otava contribuiu de modo decisivo para um maior esclarecimento dos meios políticos canadianos sobre a realidade portuguesa, trazendo para a causa da amnistia defensores tão valiosos como os deputados Mac Donald e Brevin. Na imagem: um aspecto da mesa da presidência quando discursava no Carpenters Hall o rev. G. V. Kimball presidente da Conferência.

As agências noticiosas informaram recentemente que 118 destacadas personalidades da Oposição solicitaram ao "presidente" Tomás a demissão de Salazar, a dissolução da chamada Assembléa Nacional e a constituição de um governo de união nacional. Nesse documento, cujo longo texto analisaremos em nosso próximo número, os signatários apresentam um programa para um governo provisório enumerando os objetivos políticos mais imediatos e mais reivindicados pelo povo português: amnistia, liberdades civis, extinção da censura e transferência para o Judiciário dos poderes exercidos pela PIDE.

"Portugal Democrático" registra com satisfação a identidade que se verifica, quanto a êsses objetivos, no seio da Oposição portuguesa. Tais objetivos têm efetivamente constituído a parte essencial do seu programa de acção no combate permanente que conduz, no Exterior, pela amnistia e contra a repressão, na denuncia da sistemática violação dos direitos do homem, no desmascaramento da política de alienação da soberania nacional e das guerras coloniais desencadeadas pelo governo fascista de Salazar. A unidade existente em torno desses objetivos não basta, porém, para alcançá-los. E a necessária, a indispensável unidade de acção só se transforma num instrumento válido quando se baseia na realidade nacional. Ora a experiência de 40 anos de luta mostra-nos que o caminho apontado pelos 118 signatários do documento endereçado ao almirante Tomás não corresponde mais à via para o derrubamento do fascismo. Os conceitos de legalismo (e não falamos já nos sonhos putschistas) que têm prevalecido teimosamente em certos

setores da Oposição apenas conduzem à inação e ao immobilismo. A experiência demonstrou já que é um erro grave insistir em táticas e formas de luta que se revelaram não apenas prejudiciais ao combate contra o fascismo mas até nefastas, na medida em que atrasam a evolução natural do processo político por desmobilizarem as massas através de esperanças infundadas.

A luta contra o fascismo exige hoje de todos os democratas uma coerente posição de combate, a noção de que não se destroi um inimigo experiente e bem armado sem uma força ofensiva equivalente ou superior necessariamente baseada numa ampla mobilização popular e na unidade das forças revolucionárias.

Temos um inimigo comum a destruir: a ditadura fascista. Temos um objetivo comum a alcançar: a democracia. O caminho para o atingirmos é um só: o levantamento nacional de todo o povo português, a insurreição popular.

Não significa isso que a luta legal não continue a desenvolver-se paralelamente às lutas ilegais em vista da preparação do derrubamento pela força do fascismo. Pelo contrário. A luta legal continua a ser uma importante arma pois a soma de todas as pequenas e grandes batalhas reivindicativas, o seu crescimento e a sua diversificação constituem a própria base do levantamento nacional. Simplesmente, o diálogo com o governo fascista, a crença de que a solução pode vir daí é hoje uma forma de luta legal perfeitamente superada e negativa.

Via

Superada

ou via

Impossível

PORTUGAL
DEMOCRATICO

Mercenários de Tschombé em Portugal! Agravamento da situação Política em Moçambique

Os mercenários de Tschombé, os mesmos que o governo desmentiu terem utilizado Angola como base de operações, os mesmos cuja presença em Angola deu origem às manifestações diante da Embaixada de Portugal no Congo, os mesmos cuja atividade contra o Congo a partir de Angola motivou a queixa do Congo e a resolução do Conselho de Segurança, os mercenários de Tschombé estão a ser transferidos pelo governo para Portugal, alguns já estão mesmo em Portugal.

Sim, portugueses! Em Portugal! O governo está a trazer os mercenários de Tschombé para Portugal, instalando-os disfarçados de turistas, em várias localidades. Estão em Portugal, estão por exemplo, no portuguêsíssimo S. Martinho do Porto! E como a sua profissão é a guerra, a desordem, o crime, para não se aborrecerem ou para não se destreïnarem, há dias armaram um tal escândalo que a GNR foi obrigada a intervir.

Simplesmente, como eles se identificaram, como tivessem declarado ser os tais mercenários acolhidos pelo governo em Angola e trazidos pelo governo para Portugal, a GNR deixou-os em paz, isto é: na desordem.

É pura e simplesmente espantoso! A que ponto chegou o descaramento, a desvergonha, a mentira.

Com que então não havia mercenários em Angola? Com que então o Sr. Salazar, o Sr. Franco Nogueira, os Srs. Ministros não sabiam de nada? Com que então, era mentira!

Pois estão em Portugal. Foram trazidos para Portugal por ordem do governo de Salazar! Vieram de Angola. Estavam em Angola. Utilizaram Angola, como base de operações contra o Congo!

É por essas e por outras que há queixas contra Portugal no Conselho de Segurança! É por essas e por outras que há manifestações diante das Embaixadas de Portugal!

A política de Salazar põe de fato em perigo a segurança dos seus representantes diplomáticos.

PORTUGUESES!

A presença dos mercenários de Tschombé em Portugal constitui uma prova irrefutável da cumplicidade do governo de Salazar com as manobras deste bando de assassinos a soldo da reação internacional.

Mas além disso é uma prova, mais uma prova da total falta de vergonha do governo, da desfaçatez com que os salazaristas mentem, do descaramento com que se fingem indignados quando são justamente acusados, da completa falta de respeito que têm para com a opinião pública nacional e internacional.

Com que então, não havia mercenários de Tschombé em Angola? Pois aí estão eles na nossa terra, trazidos para Portugal pela mão de Salazar como já haviam atuado em Angola sob a proteção de Salazar.

Tal é o governo que nos desgoverna — um bando de assassinos e de encobridores de assassinos. Em tais mãos se encontra a nossa Pátria — nas mãos cúmplices de assassinos e mercenários. Venham agora dizer que era mentira! Os mercenários de Tschombé estão em Portugal. Em S. Martinho do Porto, estavam lá dias. São assassinos profissionais! A sua profissão é matar!

Corramos com eles da nossa terra! Expulsemos-os de Portugal! Demos caça aos mercenários de Tschombé que pela mão de Salazar estive-

ram em Angola e pela mão de Salazar se encontram em Portugal.

Já temos assassinos de mais na nossa terra!

Bem bastam os mercenários que estão no governo, na PIDE e nas demais polícias salazaristas. Corramos com os mercenários de Tschombé!

(Transmitido pela "Voz da Liberdade", Argel).

CARTA DE PARIS

PARIS (Do Correspondente) — Os democratas portugueses, reunidos em jornada de confraternização na festa do jornal "L'Humanité" onde o stand português foi visitado por milhares de pessoas, aprovaram várias moções relacionadas com a luta pela amnistia e contra a repressão. A primeira delas foi uma saudação aos presos políticos e a segunda um documento a ser enviado ao ministro do Interior de Salazar, exigindo a imediata libertação de ... AGOSTINHO SABOGA cuja vida está ameaçada por falta de assistência médica adequada.

Por último foi aprovada por aclamação, a carta que abaixo reproduzimos, endereçada a Salazar:

"Democratas portugueses, reunidos por ocasião da festa do jornal "L'Humanité" denunciam as manobras fascistas do governo de Salazar, o peso da repressão que este faz cair sobre o povo português em luta contra a miséria e o obscurantismo, pelo progresso social, a democracia e a paz, exigem:

1 — Que os patriotas SOFIA FERREIRA, VARELA GOMES e JOSE BERNARDINO sejam libertados imediatamente;

2 — Que seja promulgada uma ampla amnistia a todos os prisioneiros políticos;

3 — Que sejam abolidas as "medidas de segurança";

4 — Que seja anulado o decreto que legaliza a existência do Campo de Concentração do Tarrafal e possibilite a criação de novos campos de morte nas colônias e ilhas adjacentes.

Toalhas Plásticas Rendadas

AUMENTE SEUS LUCROS VENDENDO TOALHAS DOS MAIS VARIADOS MODELOS E DE FINO ACABAMENTO FABRICADAS PELA MAIOR INDÚSTRIA DO GÊNERO NO PAÍS. DESCONTOS ESPECIAIS PARA REVENDEDORES. PARA MAIORES ESCLARECIMENTOS, FAÇA UMA VISITA OU ESCREVA PARA:

PRAÇA DA SÉ. 17/21
SÃO PAULO

Teresa de Sá Nogueira

A guerra continua, em Moçambique. Dia a dia se torna mais violenta. Uma guerra de extermínio onde soldados portugueses são lançados, queiram ou não, por força de uma política que está a conduzir o País à ruína e ao descrédito. Uma guerra onde a juventude encontra a morte, em nome de hipotéticas razões que mal entende. Tão pouco sabem ao certo o que fazem numa terra que não conhecem, que nada lhes diz, que não podem amar. Numa terra que lhes não pertence e onde, com surpresa para muitos, vão encontrar brancos e negros irmanados no mesmo desejo de libertação. Na mesma luta de moçambicanos a quem uma ocupação de séculos só trouxe atraso, estagnação e miséria. Uma ocupação apoiada sobre a força das armas em detrimento do direito, da justiça e da humanidade.

A situação política agrava-se em Moçambique. Entretanto, "brilhantes comunicados" sobre "ameaças externas, baixas terroristas e zonas pacificadas" são fornecidos com a eficiência habitual a um mundo já habituado a êsses e outros chavões semelhantes. Mas o mundo é bola redonda, composta de Estados, Governos e Governantes. Governantes que, se por um lado protestam veementemente contra a prepotência de Salazar, por outro se apressam a recolher, com e sem disfarce, os benefícios oferecidos pelo ditador àqueles que o apóiam e de quem se utiliza. Assim, Portugal se vai dividindo, capitais estrangeiros invadem o país, as colônias vêem os seus produtos explorados por novos donos. Outra passa a ser a língua, outra a bandeira, mas igual o processo de exploração: assenta diretamente na quase gratuidade da mão de obra, na violência e no terror. De país colonizador, Portugal passou a País colonizado. Tal foi o preço da conservação do seu "império". Tal a obra de 40 anos de sofrimento de um povo inteiro.

O ódio e o medo alastram como o sangue, nas terras de África. Catanas que ceifaram o trigo são agora armas de guerra. A inferioridade de treino e de armamento dos guerrilheiros nacionalistas são compensadas pelo ardor e coragem com que se dão ao combate. Toda a vida suportaram violência e desprezo. Devolvem apenas os séculos de humilhação que lhe fizeram carregar nas suas costas curvadas. A luta é a alternativa do seu desespero.

Os apressados esforços das autoridades para esconder a gravidade da luta, em Moçambique, não iludem ninguém. A idílica "felicidade multirracial" há muito apregoada não consegue sequer esconder o descontentamento, o atraso, a miséria daquela gente. As repressões sangrentas sobre aldeias indefesas, as prisões indiscriminadas, o exílio forçado de negros e brancos a quem o colonialismo oprime ou repugna, a morte, a tortura, o medo crescem a cada dia que passa. Na impossibilidade de localizar focos nacionalistas, as tropas prendem e atacam indistintamente todos aqueles que conseguem apanhar. "Se vir negro, atire a matar" — são as instruções dadas no norte, a civis que se aventuraram a atravessar a zona. Zona de "terra de ninguém", após o massacre e fuga dos altivos macondes, depois do bombardeamento a napalm de vastas zonas de floresta e savana, densamente povoadas de aldeias, por toda a fronteira da Tanzânia e do Lago Niassa.

No sul de Moçambique, a vida decorre numa relativa tranquilidade, devido não só à falta de notícias concretas sobre o combate (a Censura se encarrega de as distorcer),

como pela segregação dos bairros negros e à ignorância — ou indiferença — das arbitrariedades ali praticadas.

Mais do que nunca, a exploração colonialista se apressa na acumulação e transferência de capitais, no medo de "já não haver tempo", no reforço da Censura, no estreitamento das relações oficiais com a Rodésia e África do Sul.

Nos subúrbios de Lourenço Marques, no guetho negro de Xipamanine, a esperança vai desaparecendo do coração de todos. Sabem, sentem, que a luta pelas armas é a única solução. Mas isto apenas se diz em voz baixa, com muita cautela: a PIDE está em todo o lado. E por enquanto, para eles, a luta pela sobrevivência é a mais inadiável. A fome dos filhos, a ignorância, o isolamento, a prisão e morte de líderes válidos, tem sido o processo mais eficaz de controle. Na verdade, a única coisa que em Moçambique se faz com eficiência é o esforço constante para manter o negro na sua atual condição de sub-desenvolvimento físico e mental. Destruindo a tribo, nada se lhe deu em troca. De homens respeitados passaram a "animais" de trabalho, a "coisa" de pouca monta, isolados no tempo e no espaço. Na medida em que a sua evolução natural é contrariada e que tudo ignora do que se passa em redor, do seu papel e posição num continente que lhe pertence, o negro torna-se mais facilmente controlável. A sua "inferioridade" face à nação que os protege, a obediência e servilismo são-lhes impostos como dogma, tanto pelas autoridades civis, como militares e religiosas. Lembremos aqui as palavras do cardeal Gouveia, chefe da Igreja católica de Moçambique, em 1960, em "carta pastoral" relativa ao papel da Igreja: Tentamos atingir a massa indígena, em extensão e profundidade — ler, escrever e contar — em vez de

formar doutores, aspirando a emprêgos de escritório. Primeiro educar, depois instruir. Mas educar e instruir de molde a torná-los prisioneiros da terra e da família, evitando a sua atração pela cidade. O caminho que os missionários católicos escolheram com dedicação e coragem, o caminho do bom senso e da segurança política e social desta província, acha-se resumido nas linhas traçadas por um ilustre inspetor escolar "As escolas são necessárias sim, mas escolas onde se ensine ao indígena o caminho da dignidade humana e a grandeza da nação que o protege".

Assim, o atraso e a ignorância, a divisão familiar (o único meio de não morrer de fome, na aldeia, é a ida para as minas de Joahannesburg) são armas há muito conhecidas e sábiamente aplicadas. Isolado, lutando pelo pão de cada dia, o homem nem sempre tem força — ou possibilidades — para lutas maiores.

Alimentando-se o racismo em Moçambique, pondo-se a cor de pele em equação, deturpa-se o problema fundamental da luta nas colônias. Esse tem sido o trabalho de Salazar: misturar raça com política africana. Fome e dor com "invasões externas". Ocultar o esforço de uma nação que luta pela sua independência. Insultar a coragem de homens — negros e brancos — que sofrem nas prisões, no exílio, nos campos de batalha. De homens que dão o seu sangue para que seus filhos abram os olhos num sol de liberdade.

Distorcendo a verdadeira natureza do conflito, convertendo um problema de política num problema rático, apenas se fornece novo alimento à corrente de ódio que alastra pelo Este africano. O ódio que se torna no último reduto de humanidade quando todos os outros direitos são negados. Ódio que alimenta a violência. Violência que se devolve na mesma medida.

PEQUENAS NOTÍCIAS

● O tenente-coronel Rebocho Vaz, nomeado governador-geral de Angola, em substituição do coronel Silvério Marques, que caiu em desgraça, é um fascista declarado. Tornou-se famoso como governador do Uige pelas crueldades cometidas durante o auge da política de genocídio em 1961.

● Manuel de Mello, o "dono" da CUF, faleceu em Lisboa com 71 anos.

● Nos últimos sete meses entraram nos Estados Unidos oito mil emigrantes portugueses. Segundo as estatísticas americanas coube a Portugal o segundo lugar quanto ao número de emigrantes, logo após a Itália.

● Segundo o subsecretário da Presidência do Conselho, Paulo Rodrigues, as receitas do Turismo devem ascender no ano corrente a seis milhões de contos. Essa imensa riqueza será totalmente absorvida pelos gastos da guerra colonial.

● A convite do governo salazarista, visitou Angola o político direitista francês Antoine Pinay, antigo chefe do governo. Acompanhava-o Jacques Segard administrador dos jornais "Figaro" e "Paris Match", ambos ultra-conservadores.

● O jornalista fascista Ramiro Valadão, diretor da Casa de Portugal em Nova York, visitou Moçambique. Tentando explicar os ataques de uma parte da imprensa norte-americana ao colonialismo salazarista afirmou que "eles nos atacam quando não nos conhecem".

● A PIDE impediu o conhecido escritor sueco Per Waestberg de desembarcar em Lisboa. A razão alegada para essa atitude foi "a má fé com que ajuiza da política ultra-

marina portuguesa".

● O Supremo Tribunal Administrativo confirmou a pena de demissão imposta ao general Vassalo e Silva pelo Ministro da Defesa Nacional. Quatro dos onze conselheiros votaram contra.

● Os estudantes angolanos vão realizar um Congresso em Brazaville.

● Sobre já a sete mil o número de soldados alemães aquartelados na base aérea de Beja.

● O chefe de brigada Coimbra, da PIDE, foi morto a tiro na própria sede da polícia política em Lisboa. Coimbra, conhecido pela sua ferocidade para com os presos políticos estava ultimamente ao serviço da oposição fascista ao próprio regime. A sua morte foi um ajuste de contas entre facções fascistas.

● Segundo um documento divulgado pelo grupo oposicionista intitulado CMLP (ex FAP), o seu fundador, Francisco Martins, traiu os companheiros na PIDE.

● A PIDE tem tentado por todos os meios interferir na ação da justiça italiana no caso do assassinio do general Humberto Delgado. O inspetor José Manuel Passo foi várias vezes a Roma nos últimos meses, mas malogrou na sua missão: impedir que os agentes provocadores Mario de Carvalho e Ernesto Bisogno fossem pronunciados como cúmplices na sinistra trama.

● Os pescadores de oito traineiras de Portimão enviaram uma mensagem à Federação Sindical Mundial, agradecendo-lhe o auxílio recebido e pedindo que aquela entidade permaneça solidária com eles na luta que travam contra os armadores.

Nolas e comenlarios

O "PROGRESSO MILITAR" DO FASCISMO

Numa época em que todas as nações do mundo se esforçam por superar novos marcos na senda do desenvolvimento económico e cultural, Portugal, que é o país de menor renda per capita da Europa e o que apresenta maior índice de analfabetismo no mesmo Continente, vem realizando segundo os porta-vozes do fascismo, grande "progresso militar". Pelo menos assim o proclamou orgulhosamente um dos áulicos mais conhecidos do ditador, o brigadeiro Kaulza de Arriaga, durante uma Conferência que pronunciou em Lisboa para um auditório de militares ultras.

Vale a pena citar aqui alguns dos números que apresentou, pois são reveladores do esbanjamento de riqueza realizado por Salazar ao serviço da sua política criminosa. Pelo que se refere à Marinha de Guerra, a sua tonelagem, que era em 1926 de 31.000 toneladas eleva-se a 74.000 toneladas, a que se juntarão brevemente 11 navios totalizando 20.400 toneladas. Quanto à Força Aérea, passou nos últimos 14 anos de 200 para 600 aparelhos. O número de pistas de aterragem e aeródromos ascende a 750, dos quais 65 podem receber aviões de tamanho médio e 22, aparelhos de grande porte. Salientou o Sr. Kaulza Arriaga, como título de glória, que além da assistência a seus próprios aviões, as oficinas da Força Aérea têm também a seu cargo a reparação de aviões militares americanos em serviço na Europa, bem como a manutenção "dos mais avançados da Força Aérea Alemã". Por outro lado, as fábricas do Exército e os estabelecimentos particulares que trabalham para a indústria bélica não só fornecem material às forças nacionais como ainda exportam espingardas, pistolas metralhadoras, granadas, morteiros e munições várias. O conferencista revelou também que em Angola há presentemente 400 aeródromos e pistas, devido às necessidades da guerra colonial, e em Moçambique 300.

O brigadeiro fascista, que dissertou largamente sobre a estratégia da "futura guerra", absteve-se apenas de esclarecer quanto custa ao País o aparelho militar do fascismo, cuja manutenção está arruinando o povo português e levando a morte e a ruína aos povos das colónias. Não disse, por exemplo, que só no ano corrente, os

gastos com as guerras africanas devem ultrapassar seis milhões de contos — seis milhões de contos que, bem aplicados, seriam um poderoso fator de progresso da coletividade nacional.

A DINAMARCA CONTRA SALAZAR

Nos primeiros dias de Outubro os plumitivos salazaristas interromperam os seus habituais ataques à ONU e aos jovens Estados africanos para, inesperadamente, voltarem todas as suas baterias contra um dos governos mais conservadores da Europa: o da Dinamarca. Tudo porque o ministro dos Negócios Estrangeiros da Dinamarca, senhor Per Haekkerup, dissera em Copenhague algumas verdades que ninguém desconhece em Lisboa, repelindo os termos de uma nota de protesto salazarista.

A história é antiga. Quando a 21 de junho se reuniu em Argel a "Comissão dos 24", o representante da Dinamarca, Skjold, Mellbins, lamentou "que a situação nas colónias portuguesas não tenha evoluído sensivelmente desde 1965", esclarecendo que o seu governo "denuncia abertamente a política de Portugal, que é vergonhosa para o nosso tempo".

Salazar, como era de esperar, deu por paus e por pedras. Era demais que um aliado seu na NATO ousasse referir-se tão desrespeitosamente à sua política ultramarina! E como se habituou a contar com a pusilanimidade das chancelarias, europeias, manobradas pelos grandes monopólios com quem mantém excelentes relações de vassalagem, apresentou em Copenhague uma nota formal de protesto, bastante malcriada exigindo satisfações pela afronta de Argel. Nesse documento, entre outras baboseiras, insinua-se que a Dinamarca é também uma potência colonial, aludindo-se ao caso da Groenlandia (cuja população é quase toda dinamarquesa).

Entretanto, para surpresa de Salazar e do senhor Franco Nogueira o governo dinamarquês sustentou firmemente a posição do seu representante na "Comissão dos 24". Fez mesmo mais. O senhor Per Haekkerup compareceu a um programa de televisão e declarou sem rodeios que "às populações dos territórios portugueses em África são ainda negados os direitos mais elementares" pelo que as afirmações do senhor Mellbins em Argel estavam no âmbito "da política aplicada pela Dinamarca". Acrescen-

tou ainda que a nota portuguesa era extremamente descortez.

"Portugal Democrático", ao regozijar-se pela lição dada ao governo fascista de Lisboa, chama a atenção dos seus leitores para o fato de recentemente ter visitado Copenhague uma delegação da Frente Patriótica de Libertação Nacional. O conhecimento mais profundo que desde então existe tanto nos meios políticos daquele país como entre a opinião pública sobre o problema português contribuiu de certo apreciavelmente para a atitude do governo dinamarquês.

ABSOLVIDOS OS CONTRABANDISTAS DE AVIÕES

O julgamento de um grupo de aventureiros internacionais implicados no escândalo da venda ilícita de aviões militares americanos ao governo de Salazar teve o desfecho esperado: foram todos absolvidos pelo tribunal do Estado de Nova York ante o qual compareceram. Embora a ação fosse movida pelo governo norte-americano, teve-se desde o início do processo a impressão de que Washington agia desse modo apenas para dar uma satisfação à opinião pública e salvar a fachada, mas que não havia da sua parte o menor interesse em que o caso fosse devidamente esclarecido e punidos os responsáveis.

Os motivos dessa descrição oficial ficaram claros no decorrer do processo quando se provou de modo inofismável a participação da CIA na trama. É significativo que dois dos réus, Henri de Montmarin e Hawke, tenham afirmado perante o tribunal que acreditavam "estar trabalhando de acordo com o governo dos Estados Unidos".

Vários jornais de Nova York, comentando o processo, chamaram a atenção para alguns pormenores inquietantes. Em primeiro lugar, sete B-26 abandonaram ilegalmente os Estados Unidos sem que as autoridades intervissem. Das duas uma: ou o governo era cúmplice do plano ou os serviços de segurança não funcionam. E para os comentaristas qualquer das hipóteses é simplesmente alarmante.

Para nós, democratas portugueses, a dúvida não se põe. A intervenção da CIA foi um fato. Nem de outro modo se poderia explicar que entre as muitas escalas não previstas por Hawke tenha figurado uma no aeroporto de Washington. E não se pode sequer alegar que passou despercebido. O aventureiro, ao que parece por equívoco sobrevoou a Casa Branca, o que é formalmente proibido cau-

sando pânico entre a própria guarda do edifício presidencial.

Enquanto nos Estados Unidos o assunto é dado por encerrado, os sete B-26 acham-se na base aérea de Tancos, em vésperas de viagem para Angola e Moçambique...

A LUTA PELO AUMENTO DOS SALÁRIOS

Ante o agravamento do custo de vida, é geral, de Norte a Sul de Portugal, o descontentamento entre as classes trabalhadoras. O recente aumento de 7 a 20 por cento sobre artigos de grande consumo, destinado a financiar a guerra colonial, veio colocar em situação de desespero milhares de chefes de família. Todos os aumentos salariais conquistados nos últimos tempos, após duras lutas, por várias categorias profissionais, foram, de uma penada, neutralizados. Vejamos. Na CP, esse aumento fôra de 15%, na Carris de Lisboa de 8 a 15%, no Arsenal do Alfeite de 10%. Os marmoristas de Pero Pinheiro os operários da Construção Civil, os tanoeiros, os eletricitas, e os corticeiros conquistaram aumentos variáveis entre 10 e 15%. Pois bem, encontram-se agora em pior situação do que estavam antes de ganharem as lutas reivindicativas em que intervieram.

Por outro lado, todo o arapzel que o governo fascista vem fazendo em torno do aumento concedido ao funcionalismo público não pode esconder a verdade: esse reajustamento não permite sequer fazer face à subida do custo de vida nos últimos meses resultante do imposto de transação. Cerca de 104.000 funcionários receberam aumentos de 200 a 300 escudos que foram incidir sobre ordenados de miséria entre 1.150 e ... 1.700 escudos. Em contrapartida 226 altos funcionários obtiveram aumentos de 2.000 escudos sobre ordenados iguais ou superiores a ... 10.000 escudos.

A desproporção é chocante. Um presidente da Câmara Municipal, cujo vencimento era de sete contos por mês passou a receber desde 1 de setembro, 8.400 escudos. Entretanto, um funcionário do pessoal assalariado da mesma Câmara que ganhava 30 escudos diários passará a ganhar por mês 975 escudos em vez dos 780 anteriores (os domingos não são pagos)...

O escândalo é tal que até o ministro salazarista das Finanças, Ulisses Cortês teve de confessar que "as soluções adotadas não correspondem às ansiedades", con-

fessando ser o "primeiro descontente"... Isso, embora tenha obtido 2.200 escudos de aumento.

A situação criada às classes trabalhadoras exige, como é óbvio, uma rápida ação de modo a que possam enfrentar a nova ofensiva fascista. Para que o peso dos novos impostos não agrave ainda mais as já desastrosas condições de vida dos operários, dos camponeses e da pequena e média burguesia, torna-se necessário responder a Salazar com a intensificação da luta por um aumento geral de salários. A campanha deve ser total abranger o País inteiro, com ações de massas nas fábricas dos estudantes, dos militares e das donas de casa. A classe operária e o povo inteiro recusam-se a pagar a política de guerra do fascismo.

A REABERTURA DOS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO

A reabertura do Tarrafal já era um fato mundialmente conhecido. Contra ela se insurgiram oportunamente os democratas portugueses do Brasil, desencadeando uma campanha que alcançou repercussão internacional. Salazar, como sempre, negou a realidade, mas ninguém desconhece hoje que no sinistro Campo da Morte Lenta se acham dezenas de patriotas guineenses e angolanos, entre os quais o conhecido escritor Luandino Vieira. Precisamente por isso aguardava-se a cada momento que o fascismo tornasse a sua política de deportação extensiva aos patriotas portugueses. "Portugal Democrático", atento, denunciou insistentemente o perigo, chegando a levar o assunto ao conhecimento da Comissão Internacional dos Direitos do Homem da ONU.

Agora, a ameaça concretizou-se. O governo fascista de Salazar decidiu por decreto dos ministros da Justiça e do Ultramar tornado público no dia 25 de Setembro p. p., autorizar a deportação de presos políticos para presídios coloniais. Em outras palavras: REABRIU OFICIALMENTE OS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO NAZIS! Que pretende o ditador? Liquidar friamente nos insalubres e distantes presídios africanos dezenas de corajosos filhos do povo português encarcerados em Peniche e Caxias. É contra esse designio sinistro que os democratas espalhados pelo mundo se devem insurgir numa campanha irresistível. Não podemos permitir que Salazar assassine homens como Pires Jorge, Blaque Teixeira, Varela Gomes, Octavio Pato, Dias Lourenço, (Cont. na pag. 7)

O Canadá na Luta da Amnistia

(Do nosso enviado especial)

Realizou-se em Toronto (Canadá), com enorme êxito e extraordinária repercussão, tanto naquele país como no estrangeiro, a Conferência Canadense pró-Amnistia em Portugal, organizada por uma Comissão dirigida pelo Reverendo G. V. Kimball. Os participantes da Conferência, durante três dias, puseram a nu aquilo que o fascismo pretende esconder: a criminosa infração dos mais elementares direitos do Homem por parte de um regime que mantém nas cadeias mais presos políticos que todos os restantes países da Europa reunidos, incluindo a Espanha de Franco, a Grécia e a Turquia.

A Comissão Organizadora da Conferência, composta por canadianos de todos os níveis e credos, unidos por um ideal comum, a defesa dos direitos espezinhados em Portugal, realizou extraordinário trabalho preparatório, visando a esclarecer a opinião pública quanto aos objetivos do conclave. Foi auxiliada nessa fase pelo delegado da Frente Patriótica de Libertação Nacional, Silas Cerqueira, que permaneceu no Canadá alguns dias concedendo entrevistas a jornais, à televisão, à rádio, de Toronto e de Montreal, mostrando à opinião pública, de que forma Portugal, país aliado ao Canadá no Tratado do Atlântico infringia os dispositivos deste documento e da Declaração dos Direitos do Homem, torturando presos políticos para impedir o regresso de Portugal à Democracia.

A SESSÃO INAUGURAL

A sessão de instalação da Conferência realizou-se no Carpenters Hall, sala de uma comunidade religiosa, cedida geralmente para manifestações de caráter humanitário e que nesse dia estava totalmente repleta de público, canadiano e português. Cerca de 600 pessoas, antes de começar a sessão, viram a exposição de painéis sobre a repressão política em Portugal. Fotografias de presos políticos que caíram na luta pela liberdade, assassinados pela PIDE, fuzilados em manifestações de rua, mortos no campo de concentração do Tarrafal, aspectos deste sinistro campo de morte lenta, retratos de prisioneiros que já cumpriram as penas a que os tribunais fascistas os condenaram e que se acham cumprindo "medidas de segurança", tudo isso impressionou profundamente o público. Dominando o palco, um grande painel com a figura de Bertrand Russell, o grande lutador pela causa da paz e da liberdade dos povos, e uma frase da saudação que este prêmio Nobel da Paz enviou à Conferência: "As repetidas prisões de homens de consciência em Portugal são um terrível modelo de tirania que devemos condenar e contra o qual devemos organizar campanhas internacionais".

Tomaram lugar à mesa que dirigiu os trabalhos o Reverendo Kimball, os deputados canadianos Andrew Brewin, e Colin Cameron, do Novo Partido Democrático e David Mac Donald, do Partido Conservador, os representantes da Frente Patriótica de Libertação Nacional, Pedro Ramos de Almeida e Rui Cabeçadas e o delegado das organizações democráticas portuguesas do Brasil, Carlos Assumpção Neves. O Reverendo Kimball em breves palavras abriu a sessão, que passou então a ser dirigida por Pierre Berton, conhecido escritor e uma das figuras mais populares da televisão canadiana, o qual justificou a sua adesão à Conferência dizendo que, não sendo um homem político, se impressionara pela existência em pleno mundo ocidental, mais de vinte anos depois de terminada uma guerra em que haviam sido derrubadas as ditaduras sinistras de Hitler e de Mussolini, de um regime que em muitos dos seus aspectos nada ficava devendo ao

nazismo e ao fascismo italiano. Achava do seu dever, portanto, participar de uma conferência que se destinava a denunciar a aberração que o regime de Salazar constitui no mundo de hoje.

PALAVRAS DO DEPUTADO BREWIN

Tomou depois a palavra o deputado Andrew Brewin, que regressara poucos dias antes de Portugal onde, juntamente com o seu colega Mac Donald, passara quatro dias numa missão de informação sobre a situação portuguesa do ponto de vista da repressão às atividades políticas. O depoimento destes dois deputados foi um dos pontos altos da Conferência e representou certamente a contribuição que mais impressionou a assistência. Andrew Brewin limitou-se a contar, de forma desprezível, o que foram os seus contactos com Portugal: entrevistas com estudantes, que o puseram a par da situação da juventude portuguesa, exercida no exercício dos seus anseios, limitada na expressão das suas reivindicações específicas, impedida de tomar parte na vida política normal da nação; conversas com advogados, que o puseram ao corrente do monstruoso sistema jurídico e penal português, sobretudo no que diz respeito às famigeradas medidas de segurança e ao decreto 47.216, de 24 de setembro de 1966, que restabelece a deportação de prisioneiros políticos portugueses para as colônias de África; entrevistas com mães, esposas e irmãos de prisioneiros políticos portugueses que lhe contaram, com aquela impressão de vida e autenticidade que só uma conversa pode dar, as torturas, as humilhações, as brutalidades a que se acham sujeitos os seus familiares. O depoimento de Brewin, o corajoso deputado que arrostando as iras da Polícia Política portuguesa conseguiu obter uma informação direta e autêntica sobre os presos portugueses, atingiu o coração do público, mais do que qualquer relatório sobre o assunto, por mais documentado e verdadeiro que fosse.

MENSAGENS

Depois deste depoimento, o presidente da sessão leu algumas das mensagens recebidas pela Conferência começando pela de Bertrand Russell, que então foi lida na íntegra: "As repetidas prisões de homens de consciência em Portugal são um terrível modelo de tirania que devemos condenar e contra o qual devemos organizar campanhas internacionais. Dou as boas vindas a esta Conferência de Anistia e acho que a resposta básica ao problema dos prisioneiros políticos em Portugal consista na resistência aberta e militante contra o regime. Espero que isso aconteça, tanto dentro de Portugal como através de Conferências do tipo da presente".

A mensagem do Bispo de Tanzânia, Monsenhor Trevor Huddleston, dizia: "É mais do que nunca urgente que através do mundo se reconheça, como um dever cristão, o

direito de protesto contra a situação dos que estão presos sem julgamento e sem oportunidade de serem ouvidos na própria defesa. Os países da África, como mostrou claramente a recente conferência do Commonwealth, estão profundamente interessados na intransigência demonstrada por Portugal em relação à sua política colonial. Como vivo na fronteira de Moçambique e tenho vários milhares de refugiados desta colônia na minha diocese, posso testemunhar a força da oposição africana à política portuguesa. Espero que a vossa Conferência consiga despertar a consciência do Canadá".

Louis Saillant, Secretário Geral da Federação Mundial do Trabalho enviou uma mensagem que afirmava: "Desejo mandar esta mensagem de apoio e solidariedade à ação que está sendo realizada em defesa dos Direitos Humanos e a favor das vítimas das medidas anti-democráticas de repressão que se verificam em Portugal".

Pierre Berton leu também mensagens desejando o maior êxito à Conferência em nome de Philip G. Givens, Prefeito da cidade de Toronto: "Toronto apoia a Conferência nos seus esforços para fortalecer o movimento pró-anistia aos prisioneiros políticos, não só em Portugal como em todos os países subjugados do mundo" e de John J. Diefenbaker, ex-Primeiro Ministro do Canadá: "Congratulo-me com o trabalho da Conferência de Anistia aos Prisioneiros Políticos Portugueses e asseguro-lhes a minha completa adesão ao seu objetivo: que todos os prisioneiros por motivos políticos sejam postos em liberdade".

FALA O REPRESENTANTE DA F.P.L.N.

Tomou depois a palavra o delegado da Frente Patriótica de Libertação Nacional, dr. Rui Cabeçadas, que pronunciou o discurso que a seguir transcrevemos.

Participamos na Conferência para a Amnistia em Portugal como observadores e aproveitamos a oportunidade que nos oferece esta sessão para exprimir publicamente em nome da Frente Patriótica de Libertação Nacional de Portugal e em nome de todos os democratas e prisioneiros políticos portugueses, a nossa mais profunda gratidão para com as personalidades canadianas que aceitaram patrocinar esta Conferência e participar nela, especialmente os seus organizadores em Toronto.

Centenas de homens e mulheres que se encontram nas prisões políticas e os milhares que por elas passaram nunca esquecerão os canadianos que adotaram a causa da defesa da sua liberdade e vidas e que publicamente denunciaram as leis e as práticas que em Portugal violam os mais elementares direitos da pessoa humana.

Muitos têm-nos perguntado a nossa opinião sobre o valor prático de iniciativas, como a presente Conferência, que se realizam num plano de defesa dos direitos do Homem. São libertados os presos políticos em Portugal depois das Conferências de Amnistia realizadas no estrangeiro? Diminui a violência da repressão policial? Modifica a ditadura de Salazar, a legislação que formalmente, a face do direito, legitima uma prática constante que viola os direitos do homem?

Queremos esclarecer, nas vésperas da Conferência, este ponto que nos parece importante para determinar

em que medida ela pode ser um sucesso ou um insucesso.

A ditadura de Salazar, que foi contemporânea das ditaduras de Hitler e Mussolini, beneficia ainda de um largo apoio político, militar e econômico por parte de países e interesses que outrora a ajudaram a conquistar o poder. Sem este apoio, a ditadura fascista de Salazar, que não conta com qualquer apoio interno, não teria possibilidade de sobreviver por muito tempo. Isto significa que existe uma clara e permanente intervenção de países e interesses estrangeiros na vida política e econômica da nação portuguesa, contra a vontade e os verdadeiros interesses do seu povo, tendo como objetivo prolongar a existência de uma velha ditadura fascista e o domínio colonial em vastos territórios de África.

Isto explica que o regime de Salazar, para não aparecer em contradição total com os princípios e as práticas políticas defendidas e adaptadas pelos seus aliados, necessite de esconder da opinião pública democrática desses países os seus prisioneiros políticos, a sua polícia política, os seus métodos de tortura, as suas leis de exceção, as suas "medidas de segurança", os seus tribunais especiais, a sua censura, os seus campos de concentração. Em suma, tudo que vai ser objeto de informação e discussão nesta Conferência para a Amnistia em Portugal. Desta forma, esperamos, a opinião pública democrática do Canadá será informada sobre o verdadeiro caráter da ditadura fascista de Salazar e poderá julgá-la com base num conhecimento de fato. Este é um primeiro resultado obtido pela Conferência e de extrema importância. A necessidade política que tem o regime político de um apoio externo obriga-o a ter em conta esta opinião.

Queremos também esclarecer que não existem quaisquer sinais de liberalização do regime fascista em Portugal. Pelo contrário a repressão política não tem cessado de aumentar nos últimos anos para fazer face à crescente oposição. O recente decreto de 24 de Setembro, que estabelece a deportação de prisioneiros políticos para as colônias é uma nova ameaça e representa a adopção de um mais violento método repressivo.

A supressão ou retração das liberdades individuais e dos direitos civis é um fato inegável. Não há liberdade de associação; a constituição de partidos políticos é proibida; os sindicatos são controlados pelo governo; toda a crítica a administração é suprimida; centenas de prisioneiros políticos são julgados sem qualquer respeito pelos seus direitos de defesa; a prisão por um tempo indefinido é uma prática corrente dos tribunais políticos; a censura, a imprensa e a todas as manifestações da vida intelectual é extremamente rigorosa; os mais eminentes professores e um grande número de estudantes são ex-

pulsos das Universidades e obrigados a exilarem-se. Centenas de milhares de operários e camponeses são obrigados a emigrarem para países estrangeiros em busca de melhores condições de vida.

Num mundo e numa época em que o colonialismo é unanimemente condenado e em que os grandes impérios coloniais desapareceram, o regime de Salazar conduz três guerras coloniais em Angola, Moçambique e Guiné, contra povos que legitimamente reclamam a sua independência. A violência, a injustiça, o arbítrio abatem-se sobre as populações destes países.

Queremos também esclarecer que o povo português nunca aceitou o regime ditatorial de Salazar e, durante um longo e difícil combate tem lutado contra o regime pelos seus direitos, pela democracia e por melhores condições de vida.

Os prisioneiros políticos que em Portugal são torturados e condenados a longas penas são homens e mulheres que resistiram de uma forma ou de outra, contra a ditadura; são homens e mulheres que arriscaram a vida e a liberdade num combate justo. José Bernardino, Varela Gomes, Sofia Ferreira e Manuel Serra, os quatro prisioneiros de diferentes credos políticos, escolhidos pelos democratas portugueses, simbolizam essa resistência e essa unidade de combate contra a ditadura fascista.

Sabemos que teremos de continuar em condições difíceis contra uma ditadura que impede o exercício dos direitos políticos e reprime toda a atividade de oposição num clima de brutalidade, violência e arbítrio. Há longos anos que não conhecemos a Liberdade e a Democracia. Para nós estas palavras designam dois objetivos fundamentais de luta, pelos quais combateremos até a vitória definitiva. Não temos ilusões. Sabemos que os portugueses poderão conquistar a liberdade no seu país. Mas porque o regime de Salazar depende atualmente das suas relações internacionais, todas as ações de que resulte uma diminuição do apoio externo à ditadura e que defendam a liberdade e a vida dos democratas portugueses são extremamente importantes.

A eliminação de uma velha ditadura fascista na Europa, o restabelecimento da democracia em Portugal, o fim da guerra colonial em África, não são problemas insignificantes da política internacional de hoje. Pelo contrário, a correta solução destes problemas será de uma considerável importância para a Europa e para a África.

TEMAS

Da agenda da sessão do dia seguinte, presidida pelo Reverendo John Morgan, da Igreja Unitária, constavam os temas principais da Conferência:



Aspecto de uma das reuniões de apoio à Conferência de Toronto realizados no Uruguai por iniciativa das organizações democráticas portuguesas naquele país.



Prof. Marck Mac Guigan, presidente da Associação Canadã das Liberdades Cívicas, da Universidade de Toronto, apresentando a sua comunicação ao plenário da Conferência.

I — Situação legal e jurídica dos prisioneiros políticos em Portugal (situação preventiva, papel da polícia política, direitos dos advogados de defesa, os tribunais especiais em regra, "habeas corpus", medidas de segurança.)

II — As condições em que se encontram detidos os presos nas cadeias e campos de concentração de Salazar (tratamentos e torturas, tratamentos concedidos a homens, mulheres e crianças, privação de sono, a tortura à estúpida, as prisões de Peniche, Lousã e Tarrafal; saúde dos prisioneiros, inquérito internacional sobre as condições de Peniche, direitos das famílias, pedidos dos presos).

III — As liberdades cívicas em Portugal (ausência do direito dos estudantes e operários se organizarem em associações, a censura, a repressão cultural, etc.)

Sobre o primeiro ponto apresentou um bem documentado relatório de Mac Guigan, em nome da Associação Canadã das Liberdades Cívicas, o qual analisou a legislação de Salazar, mostrando como ela é retrógrada, na concessão dos direitos garantidos pelas convenções internacionais e ao mesmo tempo como ela foi elaborada sistematicamente para permitir a violação desses direitos. No seu trabalho, sério e objetivo, Mac Guigan comparou a legislação fascista portuguesa com a de alguns países democráticos, e provou que os direitos tradicionais como o "habeas corpus" e a livre ação dos advogados de defesa são sistematicamente negados em Portugal.

A Sra. Margaret Sears, vice-presidente de A Voz da Mulher falou depois sobre a situação feminina no nosso país, mostrando que, embora grande número de mulheres portuguesas tenham sido presas, torturadas e condenadas pelos tribunais de Salazar, embora se achem atualmente nas cadeias cerca de vinte delas, algumas das quais tendo já ultrapassado a pena a que foram condenadas, assim mesmo jamais a contribuição feminina foi tão grande como hoje no combate contra o salazarismo. O relatório da Sra. Sears impressionou todos os participantes que, na sua maioria, ignoravam os crimes salazaristas neste setor, assim como o elevado número de mulheres presas e o papel decisivo que desempenham na vida política portuguesa de hoje.

MAC DONALD DO DEPUTADO DISCURSO

David Mac Donald, deputado Conservador, pela circunscrição de Príncipe, subiu então à tribuna para contar o que viu em Portugal, dias antes, na rápida visita que fizera a este país, juntamente com Brewin. No seu depoimento, além da descrição dos contatos que manteve com estudantes, líderes de forças oposicionistas e famílias de presos, o deputado

Mac Donald analisa a legislação portuguesa, desmontando-a perante o público e mostrando de que forma ela é iníqua, abrindo a porta às piores arbitrariedades. A ausência das liberdades cívicas, a precariedade do habeas corpus, as famigeradas medidas de segurança, foram alguns dos pontos tocados pelo deputado conservador, que prestou um grande serviço à democracia em Portugal deslocando-se ao nosso país nas vésperas da Conferência e tomando conhecimento direto com os problemas relativos ao sistema legal e jurídico a que se acham sujeitos os presos políticos de Salazar.

O advogado português dr. Costa Gomes, que falou seguidamente, relatou uma experiência pessoal de prisioneiro político e pôs em destaque algumas das aberrações do sistema jurídico do Estado Novo.

Ronald de Sousa, professor de Filosofia da Universidade de Toronto, usou então da palavra para relatar o que viu, no ano passado, durante uma visita a Portugal. A experiência do Professor Sousa verificou-se principalmente no setor estudantil, com o qual esteve em contacto, tendo posto em destaque a falta de liberdade de associação dos nossos estudantes e a forma como, assim mesmo, eles lutam contra o fascismo.

A PALAVRA DOS PORTUGUESES DO BRASIL

Terminando a sessão, o representante das organizações democráticas portuguesas do Brasil procedeu à leitura da seguinte mensagem: "As organizações democráticas portuguesas do Brasil, por ocasião da Conferência para a Anistia em Portugal, realizada em Toronto, saudam cordialmente o povo do Canadá e as personalidades deste país que organizaram esta grande manifestação de solidariedade humana. A libertação de alguns prisioneiros políticos em consequência do trabalho realizado pelas conferências anteriores, realizadas em São Paulo (1960), Montevideo (1961) e Paris (1962), mostram a eficiência destas reuniões internacionais. Como a violação dos mais elementares Direitos do Homem é cada vez mais frequente em Portugal, torna-se agora necessário um trabalho de solidariedade ainda mais intenso. Segundo informações de que dispomos, o tristemente célebre campo de concentração do Tarrafal vai ser novamente utilizado para os presos políticos portugueses e encara-se a abertura de outros em África. O governo português consegue exercer a sua ação repressiva até no estrangeiro: algumas dezenas de cidadãos portugueses estão privados do direito de "ir e vir" garantido pela Carta das Nações Unidas, em consequência da sistemática recusa por parte das Embaixadas e Consulados de Salazar em vários países, de lhes concederem passaportes, salvo para voltar a Portugal, o que equivale a

dizer à prisão. O exemplo mais recente desta violação dos direitos do cidadão é o caso de Ruy Luiz Gomes, Professor Universitário, antigo candidato à Presidência da República e João Sarmento Pimentel, escritor, antigo oficial do Exército e um dos dirigentes da Oposição no exílio, aos quais os consulados portugueses no Brasil recusaram passaportes para virem ao Canadá assistir a esta Conferência. Como se verifica, portanto, a presente manifestação, convocada por personalidades canadianas de grande autoridade moral, intelectual e cívica, é mais necessária do que nunca. As organizações democráticas portuguesas do Brasil apresentam ao povo canadiano e a estas personalidades os seus mais sinceros agradecimentos. É necessário que esta ação internacional prossiga e se intensifique: ela é para nós, democratas portugueses no exílio, o melhor encorajamento e a melhor garantia de êxito na batalha que travamos pela libertação dos nossos prisioneiros políticos e pelo restabelecimento dos Direitos do Homem em Portugal". Esta mensagem foi assinada pelos seguintes democratas: em nome do CENTRO REPUBLICANO PORTUGUÊS — Carlos Assunção Neves, Alexandre Pereira, Francisco Sarmento Pimentel, Lenine Jesus Alexandre, Alfredo Masson, Fernando Ramos, Manuel Soares, Manuel Rodrigues da Silva, Joaquim Duarte Baptista, Mário Fernandes, José R. Portela e Abílio R. da Silva.

Pela UNIDADE DEMOCRÁTICA PORTUGUESA: Manuel Moura, José Mario Bodas, Helder Costa, Joaquim Quinterio, Manuel Rocheta, Joaquim José, Castro Soromenho, Francisco Vidal, Armindo de Azevedo, M. Tavares, Humberto Silva, José Fonseca Martins, Herlander Gomes, Julio Pereira e Mario Pinto.

Pela UNIÃO DAS MULHERES PORTUGUESAS: Maria Archer, Maria Fernandes, Maria Irolinda, Jeanette A. Pereira, Maria Aldina.

Pelos DEMOCRATAS PORTUGUESES DO RIO DE JANEIRO: Eugénio Mercês, Jaime Sabino, José Bastos, Manoel Lourenço Neto, Raul Mendes da Silva.

Pelo PORTUGAL DEMOCRÁTICO: Augusto Aragão, Vitor Ramos, Joaquim Barradas de Carvalho, Miguel Urbano Rodrigues.

NOVAS MENSAGENS

Entretanto, o presidente da sessão, Reverendo John Morgan, foi lendo algumas das mensagens de saudação enviadas à Conferência, nomeadamente a da escritora Maria Lamas que escreveu: "Que o êxito desta Conferência possa contribuir de forma decisiva para a libertação dos portugueses e portuguesas condenados a prisão e ameaçados de degradação nas colónias pelo único motivo de defenderem a liberdade e a paz, repudiando a política fascista do regime de Salazar"; do escritor Jorge Reis, que ganhou o Prémio Camilo Castelo Branco de 1963: "Que da vossa nobre Conferência saia um brado que, ressoando de Continente em Continente, mobilize os democratas do mundo inteiro em prol da libertação de um povo indefeso, entregue à brutalidade do aparelho policial fascista. Regime inumano, regime condenado pela história, o fascismo salazarista perecerá! Que essa certeza nos una a todos em defesa da nossa Pátria degradada, envilecida e espezinhada por uma camarilha arrogante e sanguinária!"; de Pierre Cot, antigo Ministro da França: "Não resta dúvida que a opinião pública democrática de todo o mundo está profundamente comovida com essas violações dos Direitos Cívicos e deve protestar contra os motivos que inspiraram tais ações"; de François Aquin, membro do Partido Liberal, da legislatura de Quebec, que

transcrevemos na íntegra: "Meus caros amigos portugueses e amigos da liberdade. Associe-me mais uma vez ao vosso movimento e ao pedido de anistia para os prisioneiros políticos em Portugal. A prisão injustificada de patriotas portugueses comove os corações de todos os homens livres. O governo português traiu os seus compromissos com as Nações Unidas, cuja Carta foi violada, e com a OTAN, que empreendeu organizar instituições livres (artigo 2.º do Tratado). Assim eu solicito ao governo do Canadá que intervenha vigorosamente a favor da causa que estamos defendendo e que decreta sanções económicas contra Portugal. A liberdade é indivisível. O câncer da ditadura salazarista constitui uma ameaça e uma tragédia para o mundo inteiro. Mas eu acredito no povo português. Na Idade Média a opressão estrangeira nunca conseguiu conquistar Portugal. E na época moderna os grandes exploradores de Portugal realizaram o seu destino dando novos mundos ao mundo. Hoje não existe espetáculo mais trágico do que a opressão deste povo sofrendo sob o tacão da escravidão. Os ditadores nunca poderão subjugar a liberdade e amanhã certamente surgirá a aurora gloriosa da libertação", do Departamento Juvenil do Conselho Mundial das Igrejas: "Sinceras saudações e o encorajamento aos vossos esforços necessários para a anistia"; do advogado J.T. Thorson, Presidente do Conselho de Cidadania Canadã e Secretário Honorário da Comissão Internacional de Juristas: do dr. A. Paquin, Presidente da Associação dos Amigos dos Povos da América Latina: "A causa da anistia aos prisioneiros políticos portugueses vítimas da ditadura de Salazar é uma causa digna. Junto-me a milhares de canadianos para condenar a injusta e desumana prisão de homens e mulheres cujo único crime foi pretender uma sociedade melhor em Portugal"; do deputado Gordon Fairweather, do Partido Liberal: "O vosso apelo humanitário merece extenso apoio e associe-me a ele de muito bom grado. Farei o possível para assistir a parte da Conferência, mas de qualquer forma apoio-a profundamente"; do dramaturgo internacionalmente conhecido Peter Weiss, autor das peças "Marat-Sade" (atualmente em cena no Rio de Janeiro) e "Tee Investigation" (sobre o campo de concentração de Auschwitz), que está sendo representada em Nova Iorque: "Tendo escrito uma peça sobre o regime colonial e a guerra de Angola, que se estreará em Estocolmo em Janeiro do próximo ano, sinto-me profundamente interessado no caso da repressão brutal aos africanos e a oposição portuguesa por parte das autoridades de Portugal. Como é extremamente necessário apresentar à opinião mundial fatos sobre o Portugal fascista, essa bem informada Conferência tem um grande papel a desempenhar"; de Lorde Donald Soper: "Envio as mais profundas saudações à vossa conferência e desejo-lhe o maior êxito nas suas deliberações"; de Robert W. Kennv, antigo Procurador Geral, da Califórnia: "Desejo que transmita as minhas melhores saudações a todos os que trabalharam para esta importante tarefa humanitária"; de T. C. Douglas, membro do Parlamento, canadiano, presidente nacional do New Democratic Party: "É completa a minha simpatia com os objetivos da Conferência e considero uma grande honra poder associar-me a um projeto tão humanitário"; de Maxwell Cohen, decano da Faculdade de Direito da Universidade McGill: "Sinto-me profundamente interessado na restauração dos processos democráticos em todos os países onde os cidadãos foram privados deles"; da União das Mulheres Portuguesas do Uruguai, da Junta Patriótica Portuguesa, do Uruguai, de Portugal em Sud América, também do Uruguai

da Junta Patriótica Portuguesa, da Venezuela, do grupo Democratas Portugueses de Mar del Plata, da Argentina, da União das Mulheres Portuguesas da Argentina, de entidades sindicais e estudantis canadianas, francesas, italianas, jugoslavas, soviéticas, checoslovacas, alemãs, de antigos presos políticos portugueses, hoje em liberdade graças à força da opinião pública portuguesa e estrangeira, como Maria Luíza da Costa Dias e Maria da Piedade Gomes dos Santos. Entre outros destacados democratas que enviaram saudações, contam-se o físico Manuel Valadares, o economista Ramos da Costa, o professor de filosofia Magalhães Vilhena, o jornalista Veiga Pereira valente lutador que tanto sofreu nas prisões salazaristas. Dezenas de saudações, tanto individuais como coletivas, não puderam ser lidas mas figurarão nos anais da Conferência, a editar posteriormente.

A SESSÃO DE ENCERRAMENTO

Na última sessão, realizada no domingo, sob a presidência de Tom Fairley, foram discutidas e aprovadas as moções e resoluções da Conferência que a seguir transcrevemos.

O NOVO DECRETO SOBRE DEPORTAÇÃO

Considerando que esta Conferência Canadã para a Anistia em Portugal, realizada em Toronto, de 28 a 30 de Outubro, sob o patrocínio de um grande número de personalidades do Canadá, foi informada que o Governo Português acaba, com o decreto lei n.º 47.216, de 24 de Setembro de 1966, de abrir a perspectiva de deportação para os campos de concentração reabertos em África, de prisioneiros políticos portugueses, através de uma mera decisão dos ministros da Justiça e das Colónias,

Considerando que foi também informada de que as famílias dos presos políticos enviaram uma carta dramática de protesto ao Presidente da República Portuguesa contra essa nova medida que põe em perigo a vida de todos os que se opõem ao regime — tanto os que se encontram detidos neste momento como os que ainda estão em liberdade; e porque o conhecido campo de concentração de Tarrafal, que fôra extinto em 1954, devido à pressão conjunta dos democratas portugueses e da opinião pública democrática internacional, foi reaberto em 1961, e porque neste momento centenas de patriotas de Angola e da Guiné (Bissau) se encontram ali;

RESOLVEU-SE que esta Conferência condene vigorosamente a reabertura, sob o governo de Salazar, nas colónias portuguesas, do campo de concentração nazi dirigido contra os democratas portugueses e os patriotas africanos presos; e chama-se a atenção dos cidadãos do Canadá e da opinião pública internacional para que atuem rápida e eficientemente solicitando às autoridades portuguesas o encerramento dos campos de concentração que afetam de um modo tremendo os direitos e as vidas dos presos políticos e a consciência do mundo democrático.

AS GUERRAS COLONIAIS

Considerando que as guerras coloniais de Salazar contra as populações africanas em Angola, Moçambique e Guiné — Bissau constituem uma manifestação de violência e brutalidade, refletindo nas relações internacionais a natureza interna da

Resoluções da Conf. de Toronto

repressão em Portugal que esta conferência canadiana para a amnistia em Portugal condenou;

RESOLVEU-SE que esta conferência declare a sua oposição enfática às guerras coloniais empreendidas pelo Governo de Salazar e envie as suas melhores saudações a todos os movimentos e povos em África que, lutando pela sua independência e liberdade contra o domínio e escravidão impostos pelos colonialistas portugueses, sofrem as mais terríveis opressões e são vítimas de políticas de genocídio.

SÔBRE DOCUMENTAÇÃO

RESOLVEU-SE que, em virtude da necessidade de se divulgar o trabalho e as Resoluções desta Conferência Canadiana para a Amnistia em Portugal entre o maior número de pessoas no Canadá e no Estrangeiro, fosse publicado um volume com as Resoluções da Conferência, o mais depressa possível; e que se procurasse persuadir os amigos do Comitê de Quebec para a Amnistia em Portugal a publicar as Resoluções da Conferência em francês e que se edite um folheto popular sobre a necessidade de uma amnistia em Portugal.

O ASSASSINIO DE DELGADO

Ao Ministro da Justiça
Governo da Itália
Roma

Esta Conferência Canadiana para a Amnistia em Portugal, realizada em Toronto, Canadá, de 28 a 30 de Outubro de 66, informada de que as autoridades italianas abriram inquérito judicial contra os responsáveis pelo assassinio do General Humberto Delgado, famoso líder da Oposição Portuguesa, e da sua secretária Arajaryr de Campos, a 13 de Fevereiro de 1965; e considerando que esse inquérito está sendo dirigido na base de conclusões do juiz espanhol Crespo Marquez, estabelecendo que agentes da Polícia Política Portuguesa (PIDE) foram responsáveis;

... deseja manifestar o seu apoio irrestrito e a atenção com que acompanha todas as iniciativas tendentes ao completo esclarecimento das circunstâncias em que se realizou esse crime;

... e deseja ainda exprimir a sua esperança de que todos os esforços se façam para impedir atos semelhantes de assassinio pela PIDE fora de Portugal daqueles que se opõem ao regime de Salazar.

Ao Ministro da Justiça
Madrid, Espanha

Esta Conferência Canadiana para a Amnistia em Portugal, realizada em Toronto, no Canadá, de 28 a 30 de Outubro de 1966, tendo sabido que as autoridades espanholas por várias vezes mostraram o seu desejo de esclarecer completamente as circunstâncias que rodearam o assassinio pelos agentes da PIDE do General Humberto Delgado e da sua secretária Arajaryr de Campos a 13 de Fevereiro de 65, e porque decorreram já quase dois anos desde a perpetração desse crime; deseja manifestar a sua esperança de que o inquérito realizado pelo juiz Crespo

Marquez e pelas autoridades espanholas permita um julgamento livre, total, objetivo e público.

SÔBRE O COMITÊ CANADIANO

RESOLVEU-SE que em virtude do acolhimento favorável de numerosos líderes canadianos de todos os setores ao apelo da Conferência Canadiana para a Amnistia em Portugal; e dada a atitude assumida por centenas de canadianos assinando protestos endereçados ao Governo de Portugal pedindo a libertação de presos políticos; e em vista do êxito da Conferência em si;

Que esta Conferência decida a criação de um Comitê Canadiano para a Amnistia em Portugal, unindo forças com os muitos outros comitês semelhantes noutros países e fortalecendo assim o movimento mundial para a amnistia em Portugal; e que esse Comitê, a pedido da Conferência, estabeleça relações permanentes com os citados Comitês e com todos os democratas portugueses; e que mantenha íntimo contato com o Comitê de Quebec, de modo a estimular a organização de outros Comitês nas maiores cidades do Canadá; e que, finalmente, o Comitê elabore um programa de trabalhos para atingir o seu objetivo — uma amnistia para os presos políticos.

CARTA AOS PRESOS POLITICOS

Na mesma sessão foi aprovado por unanimidade o envio da seguinte Carta a todos os presos políticos portugueses.

Queridos amigos:

Enviamo-vos da Conferência canadiana para a Amnistia em Portugal, realizada agora em Toronto as nossas melhores saudações, simpatia e afeto. Durante três dias a vossa tragédia foi o assunto de todas as nossas palavras, pensamentos e esforços. Os membros do parlamento Canadiano, os delegados da Frente Patriótica de Libertação Nacional (Portugal), os hóspedes distintos do Brasil, as centenas de canadianos de todos os setores presentes e representados na Conferência afirmaram todos a sua indignação ante a vossa prisão injusta e denunciaram nos termos mais duros as atividades da PIDE.

Dois dos membros do nosso Parlamento, Mr. Andrew Brewin e Mr. David Mac Donald, foram a Portugal pouco antes da Conferência e puderam assim apresentar no plenário as suas experiências atuais da falta de liberdades civis no Portugal de hoje. Temos satisfação em comunicar-vos que em decorrência das conversas mantidas com corajosos portugueses esses dois membros do Parlamento estão formando um comitê com outros membros do Parlamento para levarem mais longe a pesquisa de informações e informarem o Governo canadiano da situação que hoje existe em Portugal. Esperamos com isso conseguir uma declaração oficial do Governo canadiano, protestando contra as violações dos direitos humanos em Portugal.

Acima de tudo desejamos exprimir a nossa simpatia pelo terrível sofrimento que suportais, pela angústia das vossas famílias separadas de vós e incapacitadas de avaliar a vossa miséria, pela injustiça cruel feita a toda a humanidade nas vossas pessoas, pelas crianças inocentes privadas de amor, cuidados e mesmo das necessidades da vida pelos atos desumanos de um regime monstruoso e mau. Queremos também afirmar a nossa admiração pela vossa coragem e pela tenacidade com que cumpris os nobres ideais de liberdade.

Acreditai e confiaí que não fostes reduzidos ao silêncio pelos vossos opressores. Vossos corpos podem estar na prisão, mas as vossas vozes foram ouvidas no Canadá e as palavras dos vossos espíritos livres serão repetidas por nós e por muitos outros que se dedicam a lutar pela vossa liberdade e pela liberdade de Portugal.

CARTA A A. TOMÁS

Foi igualmente resolvido, em nome da Conferência, mandar uma carta ao Presidente da República de Portugal, Americo Tomás:

Esta Conferência Canadiana para a Amnistia em Portugal, realizada em Toronto, de 28 a 30 de Outubro de 1966, tendo sabido da existência em Portugal de uma Polícia Política Especial; de legislação respeitante à investigação e punição de crimes políticos, especialmente legislação que dá a esta polícia poderes de detenção preventiva por seis meses, sem culpa comprovada e sem julgamento; da existência de tribunais especiais para o julgamento de crimes políticos; da aplicação de medidas de segurança permitindo a detenção por um prazo indefinido e de um novo decreto permitindo a deportação de presos políticos para campos de concentração nas colônias; tendo tomado nota do uso frequente de métodos de tortura física e psíquica empregados pela Polícia Política e das condições desumanas de encarceramento nas prisões especiais; tendo estudado os relatórios de organizações especializadas como a Liga Internacional para os Direitos do Homem, a Comissão Internacional de Juristas, a Associação Internacional dos Advogados Democráticos e Amnesty International; tendo ouvido o testemunho pessoal de dois membros do Parlamento Federal do Canadá que recentemente visitaram Portugal e de vários portugueses ex-prisioneiros políticos; estabeleceu o fato da violação dos direitos humanos dos oponentes políticos do regime português como foi determinado na Carta das Nações Unidas e na Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Esta Conferência,

Tendo também examinado a legislação referente à liberdade política e civil, verificou a existência de severas restrições principalmente no direito de associação e expressão.

Em vista de tudo isto, esta Conferência registra a condenação dessas práticas e pede:

... a revogação de toda a legislação violadora dos direitos do homem e restritiva do exercício das liberdades civis;

... a libertação de todos os presos políticos em Portugal.

Finalmente, a Conferência lançou os dois apelos seguintes:

APELO PARA AUXILIO MATERIAL ÀS FAMILIAS DOS PRESOS POLITICOS

RESOLVEU-SE que o Comitê para a Amnistia em Portugal coordene a correspondência e auxílio material às famílias dos presos políticos em Portugal, enviando nomes e moradas dessas famílias para pessoas e organizações interessadas e que o Comitê oriente essa ajuda.

APELO AO CANADÁ E À OPINIÃO PÚBLICA MUNDIAL

Esta Conferência canadiana para a Amnistia em Portugal, realizada na cidade de Toronto, de 28 a 30 de Outubro de 1966, sob o patrocínio de numerosas personalidades canadianas de todos os setores, que aprovaram por aclamação as suas resoluções dirige-se a todos os canadianos pedindo-lhes que apoiem a idéia e o trabalho desta Conferência e instem todos os cidadãos, membros de associações ou grupos de comunidade a obterem do Governo de Portugal o fim das violências que naquele País se verificam contra os presos políticos; em especial a revogação do atual decreto referente à deportação desses prisioneiros para os campos de concentração das colônias portuguesas de África e outras partes, a abolição das "medidas de segurança" destinadas a prolongar as penas de prisão após o seu cumprimento; em resumo, a conceder uma amnistia aos presos políticos.

Este apelo, traduzido em centenas de telegramas e cartas de personalidades eminentes em todas as partes do mundo e de muitas organizações condena todos os democratas do mundo a quebrarem a conspiração do silêncio sobre o que acontece em Portugal e a usar o material de trabalho, as resoluções e as moções da Conferência Canadiana, a fim de que o conhecimento sobre a vida em Portugal na atualidade estimule um movimento internacional mais amplo e forte para a amnistia em Portugal.

Em nome do plenário o Reverendo Kimball mandou ao Primeiro Ministro do Canadá, Lester Pearson, a seguinte carta:

Exmos. Snrs. Lester Pearson, Primeiro Ministro do Canadá e membros do Governo do Canadá. Prezados Senhores:

Na presença dos delegados e observadores que participam de uma Conferência Canadiana para a Amnistia em Portugal realizada em Toronto, nos dias 28, 29 e 30 de Outubro de 1966, tenho a honra de enviar-lhes uma coleção de documentos, material de trabalho e resoluções das sessões da Conferência.

Esperamos que o Governo do Canadá, tendo finalmente conhecimento dos fatos referentes aos prisioneiros políticos em Portugal, e das violações cometidas em relação à Declaração Universal dos Direitos do Homem e outros compromissos internacionais, intervenha vigorosamente e use a sua influência junto do governo de Portugal para conseguir uma amnistia para os presos políticos.

Atenciosamente
Rev. G. V. Kimball, presidente da Conferência Canadiana para a Amnistia em Portugal.

PROVOCAÇÃO

Entretanto, o Embaixador de Salazar no Canadá, sr Eduardo Brazão, antigo chefe dos serviços de propaganda do fascismo, compreendendo, pela repercussão que a Conferência vinha obtendo mesmo antes da sua realização, o êxito que ela certamente teria, enviou uma carta ao Reverendo Kimball e aos jornais, na qual afirmava, entre outros discursos, que uma reunião deste gênero constituía uma intromissão nos assuntos internos portugueses! Esta afirmação devidamente apreciada, nos círculos da Conferência, como uma peça humorística, veio mostrar mais uma vez a pobreza de argumentos do fascismo na defesa dos seus métodos, quando estes são revelados perante a opinião pública internacional. O Reverendo Kimball e os deputados Andrew Brewin e David Mac Donald responderam ao Embaixador Brazão em duas cartas, que a seguir publicamos, escritas num tom ao mesmo tempo firme e irônico.

UMA LIÇÃO DADA AO SR. BRAZÃO

Excelência:

Os organizadores da Conferência Canadiana para a Amnistia em Portugal, realizada em Toronto, a 28, 29 e 30 de Outubro de 66, receberam um documento com o timbre da vossa Embaixada. O documento não está assinado e atribuímo-lo ao governo de Portugal só por causa desse timbre.

Lamentamos não haver tido oportunidade de discutir os resultados da Conferência com um representante do Governo de Portugal.

Como Portugal é, com o Canadá, membro da NATO e um colega nas Nações Unidas, temos o maior interesse em que os princípios em que se baseiam essas organizações — a integridade do indivíduo e o respeito à liberdade — sejam observadas. Estamos tão preocupados em que esses princípios sejam respeitados e praticados em Portugal como nos achamos vigilantes para que sejam praticados no Canadá.



Rev. G. V. Kimball, presidente da Conferência

Participamos do seu interesse pelo respeito aos "princípios elementares das relações internacionais, princípios que não só unem os governos mas os indivíduos e as organizações.

Temos o maior prazer em enviar a V. Exa. cópia das Resoluções e Moções desta Conferência. O objetivo da Conferência foi um apelo para a Amnistia aos presos políticos que se encontram nos presídios portugueses.

Receberíamos como bem vinda a oportunidade de discutir o apelo da

Documentos...

Pela amnistia e contra a repressão

amnistia com V. Exa. e, na verdade, pediríamos inclusive o seu auxilio nesse fim.

Atenciosamente.
Em nome dos delegados à Conferência, Rev. G. V. Kimball, presidente e ANDREW BREWIN AO ENVIADOR E. BRAZÃO

Senhor Embaixador,
No dia 24 de Outubro, V. Exa. recebeu-nos um documento também dirigido aos organizadores da Conferência da Amnistia para os Presos Políticos Portugueses, realizada em Toronto.

O seu documento rejeita como "instituição estrangeira" e como "uma falta de respeito aos princípios elementares das relações internacionais e a preocupação pelas condições existentes em Portugal e em particular no tocante aos presos políticos."

Como sem dúvida, tem conhecimento, regressamos recentemente de uma visita a Portugal e durante a estadia em Lisboa descrevemos-lhe termos altamente críticos a situação política como a vimos.

Não sentimos ser o alvo das suas críticas. Podemos, embora o respeito, rejeitar categoricamente as condições em que se baseia o seu documento. Não estamos interessados nos assuntos internos do seu país, mas os assuntos internacionais de comportamento claramente indicado por vários tratados internacionais, cujo tema é a liberdade de expressão e de pensamento e a justiça e pede até protestos apropriados.

A Carta das Nações Unidas, organização a que pertencem o Canadá e Portugal reafirma a fé dos Estados das Nações Unidas nos direitos fundamentais do homem e na integridade e valor da pessoa humana. Estas regras estão enunciadas na Declaração Universal dos Direitos do Homem aprovada pela maioria das Nações do Mundo. Artigos relevantes são: art.º 3, que proclama o direito à vida, à liberdade e segurança da pessoa; art.º 5 que diz que ninguém pode ser submetido à tortura, tratamento ou punição desumana e degradante; art.º 8, que prevê que todos têm o direito a um julgamento efetivo pelos tribunais competentes por atos violadores dos direitos fundamentais garantidos pela Declaração ou pela Lei. O art.º 9 prevê que ninguém pode ser submetido a prisão arbitrária, detenção ilegal e o art.º 10 outorga a cada indivíduo o direito irrestrito de um julgamento público por um tribunal independente e imparcial na determinação dos seus direitos e obrigações e de qualquer culpa criminal que lhe seja imputada.

Na nossa breve visita, descobrimos através de várias fontes idóneas que muitos desses direitos estão seriamente negados. De fato, detentamos informações oficiais de que temos o texto de práticas como o prolongamento da detenção preventiva e das "medidas de segurança" para a prolongação da prisão daqueles que já cumpriram as suas penas.

A nossa atenção foi despertada pelo Decreto 47216 publicado no Diário do Governo a 24 de Setembro de 1966 e prevê que os ministros da Justiça e do Ultramar possam emitir sentenças e "medidas de segurança" decretadas pelos tribunais metropolitanos para serem cumpridas nas prisões ultramarinas. Propomo-nos continuar a lutar pelo melhor do nosso esforço pa-

ra esclarecer os fatos e romper até onde nos fôr possível a muralha do silêncio que hoje rodeia Portugal.

Asseguramos a V. Exa. o nosso grande interesse pelo bem estar do povo em Portugal e o nosso desejo de contribuir para a aceitação de uma base segura de amizade e compreensão entre os nossos dois países.

E aproveitamos a oportunidade para lhe pedir que transmita ao seu Governo a nossa sincera esperança de que:

- 1) haja amnistia para os presos políticos,
- 2) em particular para os que já cumpriram as penas não sejam obrigados sob o disfarce das "medidas de segurança" a permanecer na cadeia por períodos indefinidos e prolongados;
- 3) sejam dadas garantias de que o Decreto 47.216 não seja utilizado de modo a obrigar aqueles que cumpriram penas em Portugal a serem enviados para o Ultramar, onde ficarão inacessíveis às famílias.

Atenciosamente,
David Mac Donald e Andrew Brewin.

REPERCUSSÃO

Alcançou pois um êxito total o movimento canadiano pró-amnistia aos presos políticos portugueses. Durante três dias sucederam-se as intervenções denunciando a situação em que o salazarismo mantém Portugal. As manifestações de solidariedade recebidas mostram que o regime de Salazar já não consegue abafar as vozes que em todo o mundo reclamam que se ponha cõbro à situação de opressão em que o nosso país se encontra. O clamor dessas vozes aperta cada vez mais o cerco em torno do fascismo português. Chamando a atenção do mundo para as condições em que se acham os nossos presos, a Conferência fez um trabalho humanitário, pois contribuiu certamente para minorar o sofrimento dos que se acham nas cadeias apenas por lutarem por um Portugal melhor, mas efetuou também um trabalho político de primeira ordem, pois revelou aos mais vastos setores da opinião pública internacional, o escândalo que constitui a presença no extremo ocidental da Europa de um regime que é hoje, nas manifestações brutais da repressão a qualquer oposição, o mais puro remanescente do nazismo.

Por tudo isso, os democratas portugueses exilados não esquecerão o que devem aos valentes e esforçados amigos da Portuguese Canadian Democratic Association, que tanto batalharam para que este movimento fosse uma realidade e não esquecerão também o esforço da Comissão canadiana, que tendo à frente o Reverendo Kimball, sincero amigo do nosso país e dos portugueses, que aprendeu a amar em Portugal e em Angola onde foi missionário, não se poupou a esforços para dar à Conferência de Anistia o brilho, a amplitude e a eficiência, como arma de defesa dos prisioneiros políticos, que ela realmente teve.

OUÇA A RÁDIO PORTUGAL LIVRE

(hora de Portugal)
Diariamente das 8 às 8.30 em 50 metros; das 20 às 20.30 e das 22.13 às 22.43 em 32 metros; e das 0.30 às 0.50 em 36.40 e 43 metros. Aos domingos das 13 às 13.30 em 19.20, 25 e 26 metros.

UMA EMISSORA A SERVIÇO DO POVO PORTUGUÊS

CONTRA A DEPORTAÇÃO DE PRESOS POLÍTICOS

O famigerado decreto de 25 de Setembro, autorizando a deportação dos presos políticos para os campos de concentração coloniais suscitou uma onda de indignação em Portugal que não tardou a propagar-se a todo o mundo. No Interior e no Exterior, a reação à criminosa medida fascista exprimiu-se por uma verdadeira torrente de protestos endereçados ao "presidente" Tomás e aos ministros da Justiça e do Interior.

Logo que tomou conhecimento do decreto salazarista, o secretariado da Federação Sindical Mundial enviou ao "presidente" Tomás o telegrama que abaixo publicamos:

"Tendo conhecimento do recente decreto do vosso governo autorizando a deportação para as colônias, de prisioneiros políticos portugueses, entre os quais se encontram dirigentes sindicais e trabalhadores, presos pela defesa justa e legítima dos interesses da classe operária, a Federação Sindical Mundial manifesta o seu enérgico protesto e exige insistentemente a anulação desta disposição que visa o restabelecimento dos campos de concentração de sinistra memória."

Por sua vez, a Federação dos Antigos Combatentes Anti-fascistas da Tchecoslováquia remeteu ao ministro da Justiça telegrama do seguinte teor:

"Protestamos firmemente contra o decreto sobre deportação para as colônias dos prisioneiros políticos portugueses."

Tendo vivido nos campos de concentração nazis, elevamos a nossa voz contra o seu restabelecimento e exigimos a anulação do decreto de 24 de setembro."

O Comitê Francês para a Amnistia expediu, a propósito da medida fascista, uma circular transcrevendo o decreto e convidando a opinião pública francesa a assinar um documento a enviar ao "presidente" Tomás e que exige a anulação da medida. O referido documento já conta com dezenas de assinaturas de professores universitários, escritores, artistas e cineastas.

EXIGÊNCIAS DOS PRESOS DE PENICHE

Na Fortaleza de Peniche há atualmente cerca de 150 presos políticos. Que reclamam esses patriotas? Em primeiro lugar, claro, a liberdade e a anulação das "medidas de segurança" e a extinção dos campos de concentração ora reabertos pelo fascismo. Mas têm também reivindicações imediatas, referentes ao cruel regime prisional a que estão sujeitos, reivindicações que nos cabe a nós, democratas portugueses, do Interior e do Exterior, sustentar e impor.

- 1.º — Cessaçãõ do isolamento celular diurno.
- 2.º — Autorizaçãõ de visitas em comum, nos dias festivos. Direito a visita dos advogados. Normalizaçãõ da situaçãõ das visitas melhorando as condiçãões do parlatório fazendo cessar as interrupçãões constantes dos carcereiros.
- 3.º — Melhoría da qualidade e variedade do rancho. Aboliçãõ de tãõdas as medidas que impedem a entrada de alimentos, enviados pelas famílias e sua distribuiçãõ entre os presos que menos têm.
- 4.º — Substituiçãõ do atual médico, Dr. Bonifácio, incapaz, faccioso e desinteressado. Assistênciã médica regular e aplicaçãõ dos tratamentos médicos que os presos necessitam.

5.º — Aboliçãõ do período dito de "observaçãõ" que faz com que à sua chegada à Fortaleza, fiquem os presos durante longos meses, totalmente isolados.

6.º — Permissãõ da entrada de jornais, revistas e livros nacionais que circulam no país.

7.º — Cessaçãõ de tãõdas as violênciãs, das arbitrariedades e castigos injustificados.

8.º — Inquérito aos atuais agentes e funcionários prisionais promovido por entidades idôneas. Afastamento do chefe dos guardas, Vítor Ramos, que participou em pelotões de fuzilamento franquistas durante a guerra de Espanha.

Agradecendo a solidariedade recebida, os presos de Peniche endereçaram mensagens de gratidãõ às seguintes entidades: Federaçãõ Sindical Mundial, Uniãõ Internacional dos Estudantes, Federaçãõ Internacional das Mulheres Democráticas e Federaçãõ Mundial das Juventudes Democráticas.

AMEAÇADA A VIDA DE JOAQUIM RIBEIRO

Entre os patriotas presos cuja vida se acha ameaçada conta-se JOAQUIM RIBEIRO, funcionário da EFACEC, atualmente internado no Hospital prisão de Caxias. Quando se encontrava ainda em Peniche perdeu sangue durante 27 dias sem que o médico daquela fortaleza-presídio tomasse providências. Posteriormente, uma medicação errada provocou uma anemia grave que acabou por alarmar o diretor da prisão. A PIDE chamou então um cirurgião para observar Joaquim Ribeiro, ten-

Notas

Continuação na pag. 3

Não podemos permitir que Salazar assassine homens como Pires Jorge, Blanqui Teixeira, Varela Gomes, Octavio Pato, Dias Lourenço, Manuel Serra, Carlos Costa, Saldanha Sanches, Veiga de Oliveira e José Bernardino. (Continua na pág. 7)

Participemos todos, dentro e fora de Portugal, na luta para impedir o nôvo e monstruoso crime que o fascismo salazarista prepara! Não permitamos que novas vítimas sejam acrescentadas ao rol terrível do Campo da Morte Lenta, onde foram assassinados heróis do povo português como Bento Gonçalves, Alfredo Caldeira, Mário Castelhamo, António Guerra Alves Borja, Henrique Domingues, Joaquim Marreiros e outros. Salvemos os patriotas ameaçados de extermínio!

DELEGAÇÃO DA FPLN VISITA A RDA

A Convite da Frente Nacional da Alemanha Democrática, uma delegação da FPLN composta de Manuel Sertório, Rui Cabeçadas e Luis Bernardino, visitou a República Democrática Alemã em outubro passado.

As delegações do Conselho Nacional da Frente Nacional da Alemanha Democrática e da Junta Revolucionária Portuguesa da Frente Patriótica de Libertação Nacional verificaram estar de pleno acôrdo sobre tãõdas as questões examinadas, tendo reforçado os laços de cooperaçãõ e amizade que uniam já as duas Frentes.

do êsse médico exigido o imediato internamento do doente. A Polícia Política fêz questãõ de cometer, contudo, um último ato de crueldade: Joaquim Ribeiro, quase moribundo, foi obrigado a subir a pé os quatro andares do hospital, pois os pides proibiram-no de utilizar o ascensor do edificio. Presentemente, após quatro transfusões de sangue, o referido democrata continua em estado melindroso, receando-se pela sua vida.

Outro patriota cuja saúde inspira os mais sérios cuidados é AGOSTINHO SABOGA. Internado na Fortaleza de Peniche — apesar de haver já cumprido a pena — necessita de ser internado urgentemente.

Tãõdas as cartas de protesto relativas aos casos de JOAQUIM RIBEIRO e AGOSTINHO SABOGA devem ser endereçadas aos ministros da Justiça e do Interior (Terreiro do Paço, Lisboa, Portugal).

PORTUGAL DEMOCRATICO

DIRETOR RESPONSÁVEL Otávio Martins de Moura

SUCURSAL

RIO DE JANEIRO: Rua General Pedra, 215 — Tel.: 43-0202 REPRESENTANTES

RECIFE: Manuel Luis Fernandes e Angelo Ferreira da Silva — Rua Real da Torre, 819 — 1.º CURITIBA: Antonio Serpa — Rua Dr. Muriel, 712

LONDRINA: Julio Duarte — Edifício Centro Comercial — Apto. 141

PELOTAS: Heitor M. Bandeira — Rua 7 de Setembro, 312 — Pelotas — Rio Grande do Sul INGLATERRA: Portuguese And Colonial Bulletin — 10 Fentiman Road, London, S.W. 8

BRUXELAS: Carlos Figueira — Rue Jolly, 77 Schaarbeek — Bruxelles 3

HOLANDA: ANGOLA COMITE — Vinkenstraat 13 — Amsterdam — C.

CANADÁ: Portuguese Canadian Democratic Association 10 — Eden Place Toronto 2B — Ontário A. dos Santos 7564 d'Outremont Ave. — Apt. 1 Montreal 15, P.Q.

VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8287 — Caracas

URUGUAI: Junta Patriótica Portuguesa del Uruguay Caslla de Correo n.º 2.128 — Distrito 5 — Montevideo

CHECOSLOVAQUIA: João Ribeiro — Postovní Urada — Praha

FRANÇA: Grupo de Amigos de "Portugal Democrático" — 29, Rue St. André des Arts. — Paris — 6.º eme.

REDAÇÃO: Rua Conselheiro Furtado, 191 Sala 2 — Tel.: 37-0933 — São Paulo

Caixa Postal 6248 EXPEDIENTE: Dias úteis: das 19 às 22 horas Sábados: das 15 às 19 horas Número avulso . . . Cr\$ 100 Assinatura anual . . Cr\$ 1.500

ANO XI — N. 113 — Dezembro de 1966

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.

SALAZAR NA IMPRENSA MUNDIAL

O FASCISMO VISTO POR UM DEPUTADO CANADIANO

O Sr. David Mac Donald (P. C. Prince) e eu, afastando-nos por um breve período dos nossos deveres no Parlamento, passamos três ou quatro dias em Portugal. Não fomos hóspedes do governo português; de fato, se o governo tivesse conhecimento dos fins da nossa visita, não nos teria deixado entrar.

O nosso fito era descobrir tanto quanto nos possibilitasse a nossa rápida visita, o que se passava atrás da parede da censura que envolve Portugal. Queríamos saber se as histórias da polícia e seu terror, à margem da lei com desrespeito dos direitos humanos e destratamento dos prisioneiros políticos, eram ou não verdadeiras.

Voltamos com uma viva impressão de um estado policial, expresso num sistema legal que ignora totalmente os direitos humanos fundamentais e mantém uma censura rígida e a supressão de todas as associações políticas e atividades.

No decorrer da nossa viagem falamos com vários advogados, jornalistas, estudantes, amigos e familiares de presos políticos e leigos católicos.

De todos eles recebemos um testemunho que corresponde à observação de outros visitantes, como Lord Gardiner, agora o Lord Chancellor da Grã Bretanha.

O cerne do sistema, segundo parece, é o uso de detenção preventiva. Decretos legais formais permitem à Polícia Política (PIDE) deter pessoas suspeitas de atividades subversivas, durante mais de seis meses antes de responderem perante qualquer tribunal e sem formulação de qualquer culpa.

A lei observada em todos os países civilizados prevê que a pessoa presa e acusada de crime deve ser prontamente levada, logo após a sua detenção, aos tribunais normais e inculpada nos delitos sobre os quais será depois julgada.

Exceções a esta lei, só serão permitidas em casos de extrema emergência. O período de detenção por seis meses é regularmente usado em Portugal para arrancar confissões por meio de tortura.

A forma de tortura mais utilizada consiste em conservar o prisioneiro acordado durante vários dias e noites a fio e sob interrogatório intermitente. Durante ao período de seis meses o prisioneiro não tem acesso a assistência legal ou a qualquer outra. Muitos prisioneiros presos e detidos por meses a fio não são julgados ou sequer inculcados. Um advogado que nós encontramos disse-nos que estivera preso várias vezes pela polícia de segurança, mas só fora julgado uma vez. Confissões escritas, assim obtidas, são aceites como evidência sem provas pelas pessoas que as obtêm. Os crimes de que são acusados os presos políticos são de natureza vaga e incluem o engajamento em "atividades subversivas".

Este termo é suficientemente vago para cobrir uma multidão de pecados. Quando conversávamos com um grupo de advogados num dos seus escritórios em Lisboa perguntamos o que eram atividades subversivas. Todos riram quando um dos advogados disse: "Bom, conversar com os senhores seria sem dúvida alguma considerada uma atividade subversiva (e mais do que isso um crime)". Na realidade, parecia assunto para rir no que respeitava ao sr. MacDonald e a mim. Só estávamos em Portugal por alguns dias e provavelmente estávamos imunes às tais medidas de seis meses na cadeia em detenção preventiva. Mas não era muito divertido para aqueles que diariamente estão expostos à reali-

dade da sua aplicação.

Não é suficiente para as autoridades portuguesas poder aplicar aos seus inimigos uma determinada sentença de prisão. Estão também, nos termos de outro decreto, submetidos às "medidas de segurança". Isso significa que por ordem da polícia política podem continuar detidos, por períodos renováveis, por mais de três anos — depois da sentença ter expirado.

E como se as condições nas prisões de Portugal metropolitano não fossem já bastante más, um decreto recentemente publicado permite ao Ministro da Justiça mandar prisioneiros para as colônias.

Este último decreto, escondido do povo português e do resto do mundo pela censura, dá uma mentirosa sensação a todos de que o regime se tornou mais moderado.

O fim dessas medidas arbitrárias é óbvio. É para reduzir ao silêncio a oposição, estabelecendo uma lei de medo em lugar da lei propriamente dita.

O resultado é claramente óbvio. Portugal tem uma economia estática. O analfabetismo é de aproximadamente 40%; os salários e o nível de vida são muito baixos; Portugal está sendo sangrado para aguentar três guerras coloniais — em Angola, Moçambique e Guiné. A defesa absorve cerca de 47% do orçamento geral. A emigração ilegal está exaurindo o país.

A Embaixada Portuguesa no Canadá apodou o nosso interesse e o de outros sobre Portugal como interferência não permitida. Mas Portugal é aliado do Canadá na NATO por um tratado que une os dois "para salvar a liberdade, herança comum e civilização dos seus povos, fundamentada nos princípios de democracia, liberdade individual e uso da lei."

A Carta das Nações Unidas, que tanto o Canadá como Portugal assinaram, reafirma a fé nos direitos fundamentais do homem. A Declaração Universal dos Direitos do Homem estabelece certos níveis de conduta para o mundo civilizado. Muitos deles, dia a dia, estão sendo negados pelo presente regime em Portugal.

A coisa mais encorajadora que descobrimos em Portugal foi que apesar de 40 anos de ditadura, o espírito de democracia e liberdade ainda continua brilhando, especialmente entre a geração mais jovem. Os dias de tirania em Portugal estão contados.

(Andrew Brewin, in Halifax Herald Chronicle, Canadá).

A POBREZA DO CARDEAL

Duas figuras destacadas da hierarquia da Igreja portuguesa responderam já ao apelo do papa Paulo VI recomendando a resignação de funções dos prelados com mais de 75 anos.

O primeiro a reagir foi o arcebispo-bispo de Luanda e S. Tomé, D. Moises Alves de Pinho. O venerando sacerdote, que conta 83 anos, apresentou imediatamente ao Vaticano o seu pedido de resignação.

Por outro lado, o cardeal D. Manuel Gonçalves Cerejeira, agora com 76 anos, respondeu evasivamente, ao ser interrogado a respeito: "Não sei quando o Santo Padre me dirá que é a hora de retirar-me". O cardeal, que é um dos homens mais ricos de Portugal acrescentou, contudo, referindo-se à sua futura resignação "Viverei da caridade do Patriarcado de Lisboa!"

ULTIMA HORA

EM Macau: choques de operários e estudantes com a policia

MACAU. (Do Correspondente) — Desde o dia 15 de Novembro que esta colonia vive em ambiente de grande tensão, após o primeiro choque registrado entre a policia salazarista e um grupo de operários e estudantes. Tudo principiou quando uma força policial resolveu interromper violentamente os trabalhos de demolição a que operários e estudantes se entregavam despreocupadamente num terreno da Ilha das Taipas onde projetam construir uma escola. Argumentaram os agentes de Salazar que faltava a autorização oficial para o início das obras. Os estudantes e os operários, depois de exigirem em vão a retirada dos policiais, atacaram-nos com tijolos, garrafas e estacas. À tarde verifi-

caram-se novos choques, pois o pessoal interessado na demolição compareceu em maior número, desalojando a guarda policial.

O número de feridos sobe a 27, contando-se entre eles vários policiais.

A imprensa de Cantão, habitualmente discreta em relação a Macau, comentou largamente os incidentes, criticando com veemência a brutalidade da policia salazarista. Admite-se, tanto em Cantão como Hong Kong que estes incidentes possam ser o rastilho de manifestações que forçariam Pequim a tomar posição, apressando com a sua atitude a integração da pequena colonia na República Popular da China.

Salazar Capitula

MACAU, 4 (AFP-UPI) — O novo governador de Macau, general José Nobre de Carvalho, capitulou hoje à tarde ante as exigências de uma comissão nomeada pelas autoridades para investigar os incidentes da ilha de Tapia.

O general Carvalho, que havia tomado hoje posse de seu cargo, aceitou as cinco recomendações da comissão especial, e que são as seguintes:

- 1 — O chefe adjunto da Policia será punido
- 2 — O governo de Macau deverá reconhecer publicamente seus erros.
- 3 — Os cassetetes da Policia serão

destruídos. 4 — O governo de Macau se compromete a que o cidadãos chineses não serão atacados no futuro 5 — O governo apresentará suas escusas aos jornalistas de tendência esquerdista que foram molestados pela Policia.

Finalmente, o general Carvalho pediu a ajuda do presidente da Câmara de Comércio e membro do Congresso Nacional do Povo da China Popular, sr. Hoyn, para que o ajude a normalizar a situação.

Tropas da Policia e do Exército haviam voltado de manhã a disparar suas armas de fogo para reprimir as violentas manifestações de jovens imitadores dos "Guardas Vermelhos" de Pequim.

Os incidentes, que continuaram pelo segundo dia consecutivo, deixaram considerável saldo de vítimas. Embora as autoridades não informem sobre o total de baixas, em fontes fidedignas se revelou que pelo menos um revoltoso morreu a tiros e cerca de 12 ficaram feridos.

As desordens começaram hoje pouco depois de suspensão o Toque de Recolher, às 7 h e aumentaram no decorrer do dia. Os bandos juvenis desobedeceram às ordens de dispersar-se e atacaram repetidas vezes as forças de segurança com pedras, paus e outros projeteis.

As tropas do Exército e a Policia viram-se obrigadas a utilizar suas armas em pelo menos três oportunidades, até que as autoridades voltaram a impor o toque de recolher às 15 h ordenando a evacuação de todas as ruas.

Enquanto se desenvolviam os choques, um destacado residente chinês, Ho Yin, considerado o "representante extra-oficial" de Pequim em Macau, atravessou a fronteira para conferenciar com as autoridades da China Comunista em Sheldki, capital do distrito de Chungshan. Ho, presidente da Câmara de Comércio, integra o Conselho da Colonia e é delegado do Congresso Nacional da China Comunista no exterior.

Ao regressar a Macau à última hora da tarde, Ho se dirigiu imediatamente ao Palácio do Governo para conferenciar com o governador da Colonia, general de brigada Nobre de Carvalho.

Os principais promotores dos incidentes, que são chineses e parecem imitar os "Guardas Vermelhos" do território continental, continuam a percorrer as ruas aos gritos de "Ta Si Yong Kuai" (Morte aos Diabos Portugueses).

Aprovadas Sanções Contra Portugal

NAÇÕES UNIDAS, 5 (UPI) — A Comissão de Administração Fiduciária da Assembléia Geral aprovou hoje um projeto de resolução que pede ao Conselho de Segurança que aplique "com caráter obrigatório sanções contra o governo de Portugal pela política seguida nos territórios sob sua administração.

A votação foi de 76 votos a favor, 12 contra e 16 abstenções.

Celso Antonio Sousa e Silva, representante do Brasil na citada comissão, foi o único delegado latino-americano a votar contra a proposta. Não obstante, não se inscreveu nos oradores que justificaram seu voto.

O Canadá e os Estados Unidos foram os outros países do hemisfério ocidental que se pronunciaram contra a iniciativa.

Os países americanos que votaram a favor foram dez: Chile, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica e Trinidad-Tobago.

Abstiveram-se em troca a Argentina, Colômbia, México, Panamá, Peru, Uruguai e Venezuela.

Vários países latino-americanos — Bolívia, Costa Rica, Nicarágua, Paraguai e República Dominicana — não participaram da votação.

A proposta afro-asiática aprovada pede a todos os Estados e "em particular aos aliados militares de Portugal na "OTAN", que tomem as medidas seguintes:

— Abster-se imediatamente de prestar ao governo de Portugal qualquer assistência que lhe permita continuar sua repressão contra a população africana dos territórios sob sua administração.

— Adotar as medidas necessárias para impedir a venda ou o fornecimento de armas e equipamento militar ao governo de Portugal.

— Cessar a venda ou a expedição ao governo de Portugal de equipamento e materiais destinados à fabricação ou manutenção de armas e munições.

— Por último, a Assembléia decidiria incluir no programa de seu 22.º período de sessões, o de 1967, a questão dos territórios sob administração portuguesa, e reafirma "o direito inalienável dos povos dos territórios sob administração portuguesa à liberdade e à independência, de conformidade com a Resolução 1.154 (de descolonização) da Assembléia Geral, e reconhece a legitimidade de sua luta para conseguir este direito".